

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.988 - PA (2019/0352063-1)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : MAGEAN NASCIMENTO SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : MARJEAN DA SILVA MONTE - PA015078
NELMA CATARINA OLIVEIRA MARTIRES COSTA -
PA011651
ALANA ALDENIRA MENDES CHAGAS - PA026373
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, interposto por MAGEAN NASCIMENTO SILVA, contra v. acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Pará**.

Depreende-se dos autos que o d. juízo de primeira instância decretou a prisão preventiva do ora recorrente pela prática, **em tese**, do delito previsto no artigo 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da decisão que decretou a prisão preventiva do ora recorrente. O eg. Tribunal de origem, à unanimidade, denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

*"HABEAS CORPUS. CRIME DO ARTIGO 121, § 2",
INCISOS II E IV DO CPB. NÃO HÁ QUALQUER DOCUMENTO
DOTADO DE FÉ PÚBLICA QUE COMPROVE QUE O PACIENTE
SE APRESENTOU ESPONTANEAMENTE PARA SER PRESO.
AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA.
INOCORRÊNCIA. O MODUS OPERANDI PRATICADO PELO
COACTO JUSTIFICA A NECESSIDADE DA SUA PRISÃO
PREVENTIVA, PELA EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E
MATERIALIDADE DELITIVA, ALIADA À GARANTIA DA ORDEM
PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL, DIANTE DA GRAVIDADE
EM CONCRETO DO CRIME. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NA
DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA.
IMPROCEDENTE. DECRETAÇÃO FUNDAMENTADA NA
GRAVIDADE DA CONDUTA DO COACTO. QUALIDADES
PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIÊNCIA. INTELIGÊNCIA DA*

SÚMULA 08 DO TJPA. INVIÁVEL A SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. *As alegações de ausência de fundamentação no decreto de prisão preventiva e carência dos requisitos autorizadores da custódia extrema é improcedente, pois o que motivou custódia cautelar do paciente, foi o modus operandi perpetrado o que justifica a necessidade da prisão preventiva, pela existência de indícios de autoria e materialidade delitiva, aliada à garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, diante da gravidade em concreto do crime praticado pelo coacto;*

2. *As qualidades pessoais são irrelevantes para garantir ao paciente o direito de aguardar o julgamento em liberdade. Súmula nº 08 do TJPA;*

3. *Mostra-se descabida a pretensão de substituição da custódia preventiva por outras medidas cautelares, tendo em vista que a prisão se faz imprescindível para a garantia da ordem pública;*

4. *Ordem denegada. Decisão unânime" (fls. 179-180).*

Daí o presente recurso ordinário, no qual o recorrente repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a justificar a decretação de sua segregação cautelar, bem como na ausência de contemporaneidade entre os fatos e o decreto prisional. Reforça, ainda, que ostenta condições pessoais favoráveis.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa.

O Ministério Público Federal, às fls. 220-221, manifestou-se pelo **não conhecimento do recurso**, em parecer ementado nos seguintes termos:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIENTE REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA. PERDA DO OBJETO. Parecer pelo não conhecimento do recurso" (fl. 220).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

O recurso está prejudicado.

Com efeito, verifica-se, em consulta ao sítio eletrônico do eg. Tribunal de origem (www.tjpa.jus.br), que o d. juízo de primeira instância, em **13/11/2019**, concedeu a liberdade provisória ao ora recorrente, tendo determinado a **expedição de alvará de soltura** em seu favor, senão vejamos:

"[...]

*Considerando a prova produzida até o momento, bem como as condições pessoais do acusado, entendo que não mais persistem os motivos ensejadores da manutenção de sua prisão preventiva, razão pela qual **lhe defiro a LIBERDADE PROVISÓRIA** condicionada ao comparecimento a todos os atos do processo, comunicar ao Juízo qualquer mudança de endereço, comparecer bimensalmente em Juízo para justificar suas atividades, tudo sob pena de revogação. **Lavre-se o termo de liberdade provisória e o alvará de soltura**".*

Desse modo, forçoso reconhecer a prejudicialidade do presente recurso, ante a perda superveniente de seu objeto.

Ante o exposto, julgo o presente **recurso ordinário em habeas corpus** prejudicado.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator